

AS 2014 COMISSÕES  
Em 26/03/2015  
[assinatura]  
PRESIDENTE



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
Protocolo Geral de Entrada.  
Processo nº 000491  
Maceió, AL 26/03/15  
Assinatura: [assinatura]

ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
GABINETE DO DEPUTADO JAIRZINHO LIRA

PROJETO DE LEI Nº 25, 2015

A PUBLICAÇÃO  
Em 26/03/15  
[assinatura]  
PRESIDENTE

LIDO NO EXPEDIENTE  
EM 26/03/2015  
[assinatura]

Dispõe sobre o atendimento psicológico às gestantes em hospitais da rede pública estadual em Alagoas, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS DECRETA:

**Art. 1º** - Fica incluído na assistência pré-natal o acompanhamento clínico psicológico às gestantes durante a gravidez, parto e puerpério nos hospitais da rede pública no Estado de Alagoas.

**Art. 2º** - A mulher gestante será encaminhada, obrigatoriamente, ao profissional da psicologia clínica, de ofício, pelo médico ginecologista responsável pela assistência gratuita pré-natal.

**§ 1º** - Tal procedimento será garantido do momento da procura da gestante até pelo menos o quarto mês que suceder o parto, podendo se estender conforme necessidade detectada pelo profissional.

**§ 2º** - Em que pese o tratamento da psicologia clínica, deverá o profissional, constatando a necessidade, encaminhar a paciente, ao clínico da área de psiquiatria.

**Art. 3º** - Constará da política de prevenção da Secretaria de Saúde Estadual, além da assistência psicológica, cursos de preparação para o parto e orientações voltadas para as doenças de psicose puerperal, depressão pós-parto, tristeza maternal e outros transtornos do puerpério.

**Art. 4º** - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

**Art. 5º** - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

[assinatura]



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
GABINETE DO DEPUTADO JAIRZINHO LIRA

JUSTIFICATIVA

Cenas silenciosas de abandonos de bebês são presenciadas todas as semanas e algumas delas noticiadas pelos maiores veículos de comunicação em nosso país.

Um dos casos que abalou o país foi o do bebê jogado na Lagoa da Pampulha no estado de Minas Gerais. A mãe, Simone Cassiano da Silva, 27 anos, afirmou categoricamente que a criança não era um bebê desejado.

Noutro episódio, o circuito interno de um prédio em Brasília, flagrou mais um abandono de bebê: a mãe Farlúcia Rodrigues, 24 anos, colocou a criança no chão da recepção do prédio e saiu sem nem ao menos olhar para trás.

Momentos mais tarde, em depoimento a polícia, Farlúcia afirmou que deixou a criança "num momento de desespero".

Casos como estes são frequentes e desde o começo deste ano, o Brasil acompanhou ao menos mais trezes histórias de crianças abandonadas em cestos de lixos, bueiros, estradas, caixas ou simplesmente nas ruas.

Estima-se que todos os dias, uma criança de 0 a 6 anos é abandonada, bem como, milhares de bebês indesejados nascem todos os dias. Atitudes como as descritas podem até ser explicada pela psicose pós-parto, que é uma rara doença que atinge 0,2% das parturientes, segundo dados da Associação Brasileira de Psiquiatria.

Neste estado, a mulher apresenta um quadro delirante. Desorientada e confusa ouve e vê coisas que não existem e tem mudanças de humor repentinas.

Outro problema de ordem psicológica que atinge as gestantes é a Depressão Pós Parto, conhecida simplesmente como DPP, é um quadro clínico severo e agudo que requer acompanhamento psicológico. A DPP acomete entre 10% e 20% das mulheres, podendo começar na primeira semana após o parto e perdurar até dois anos.

Os sintomas do estado depressivo variam quanto à maneira e intensidade com que se manifestam, pois dependem do tipo de personalidade da puerpera e de sua própria história de vida, bem como, no aspecto fisiológico, as mudanças bioquímicas que se processam logo após o parto.

Culturalmente, a maternidade é vista de forma idealizada e qualquer afeto negativo da mãe para com bebê é julgado como algo da ordem do impensável. Existe um tabu cultural em relação ao tema gestação e depressão, como se a mulher devesse estar radiante pelo nascimento de seu filho e ela fosse culpada de uma espécie de "ingratitude", pois "ela tem tudo e mesmo assim sofre". Nesta visão, o sofrimento de



ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
GABINETE DO DEPUTADO JAIRZINHO LIRA

A mãe de bebê recém nascido seria decorrente de uma incapacidade de dar valor ao "período da maternidade". O senso comum tende a esconder a real natureza da tarefa de ser mãe.

A Tristeza Materna ou *baby blues*, como é conhecida, por sua vez, acomete até 80% das mulheres, mas devido ao tabu mencionado pode se imaginar um índice até maior.

Trata-se de um estado de humor depressivo que costuma acontecer a partir da primeira semana depois do parto. Este humor é coerente com a enorme tarefa de elaboração psíquica citada anteriormente. Aparecem sintomas como irritabilidade, mudanças bruscas de humor, indisposição, tristeza, insegurança, baixa auto-estima, sensação de incapacidade de cuidar do bebê e outros.

Na decorrência do puerpério, perturbações de ordem física e psicológica podem comprometer a mulher, motivando-a a eliminar a vida do neonato.

A questão chega ser abordada do ponto de vista jurídico. O artigo 123, do Código Penal qualifica: "Matar sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após".

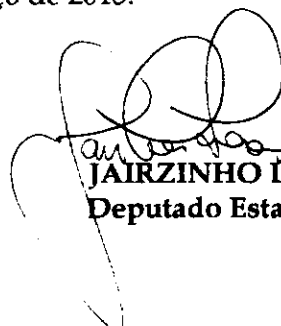
Trata-se, o infanticídio, de crime semelhante ao homicídio, que recebe, porém, especial atenuação de pena por motivos fisiopsicológicos, admitida ainda, para alguns casos, a aplicação da medida de segurança.

A propositura é cabível, tendo em vista que mulheres de todas as classes são envolvidas com os problemas que vêm junto com a gestação e o puerpério, e principalmente em virtude daquelas as quais o acesso a consultas médicas e psicológicas são extremamente limitados pela situação financeira hipossuficiente.

Dever do Estado zelar pela segurança, pela saúde e proteção da vida da mulher gestante que sofre em silêncio, acometida de desequilíbrio decorrente do estado puerperal.

Por isso conto com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação desta proposição.

Feito nas Sessões 10 de março de 2015.

  
JAIRZINHO LIRA  
Deputado Estadual